

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA
tomo XXIX



COIMBRA 1994
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

OS HISTORIADORES, ESSES DESCONHECIDOS *

"(...) Il y a une communauté historique, une 'koiné' qui, par-delà les itinéraires différents, les familles d'esprit et les oppositions politiques, unit la corporation sur les objectifs qui ne sont pas seulement professionnels et permet de rassembler sur des projets communs (...) des hommes et des femmes que par ailleurs tout sépare. (...) D'où la réputation 'mafieuse' des historiens. Si loin soient-ils les uns des autres, ils partagent une problématique commune".

Pierre Nora (1)

0. Os casos do calendário quiseram que esta minha intervenção ocorra escassos dias após a morte do Prof. Doutor José Sebastião da Silva Dias; e eu não queria deixar passar este facto em claro, até porque, como já veremos, ele nos vai levar de imediato ao epicentro das minhas preocupações, hoje e aqui. Mal conheci o Doutor Silva Dias. Com ele me terei encontrado no máximo umas 4 vezes, e com ele mais não troquei do que palavras de circunstância.

*Conferência proferida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a 29 de Novembro de 1994.

C) "Conclusion" a *Essais d'ego-his to ire*, Paris, Gallimard, 1987, p. 363.

Mas não esqueço os meus tempos de estudante da licenciatura, nos já longínquos anos de 1968 a -73, numa Faculdade que, se outras virtudes então não tinha, possuía pelo menos uma: a da *juventude*, quer como instituição, quer pelo nível etário dos seus docentes. Daí uma extrema preocupação em estar "à la page" em matéria de *bibliografia*. As obras que Silva Dias publicou por esses anos (e particularmente *A Política Cultural da Época de João III* e *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do século XVI*) foram assim leituras decisivas, e que marcaram essa minha fase de discência e de início de docência, como monitor de *Cultura Portuguesa*. Ora, cerca de 25 anos decorridos, eu creio não errar se disser que, fora desta Escola que ele tanto marcou, Silva Dias é pouco lido (e de facto a maior parte das suas obras nunca conheceu reedição) e nalguns casos creio mesmo que silenciado (o que não é, aliás, caso único). Com efeito, o seu modo de encarar a vida cultural do nosso País nos séculos XV a XIX faz de Silva Dias um historiador *incómodo* num tempo de individualismo competitivo, de ideais de sucesso a qualquer preço, ou de vigência de um poder político que não parece propriamente desdenhar a utilização comemora ti vista da *História* (e para isso Silva Dias não serviu); e, a juntar a tudo isto, a existência de um jornalismo cultural frequentemente pouco informado, quando não 'enfudado' a esse mesmo poder político. E se não vejamos: percorram-se as páginas de uma publicação como o *JL* ou as secções culturais de diários ou semanários; atente-se nas obras que recenseiam (ou não recenseiam) e nas reuniões científicas que noticiam (ou não noticiam). O leitor comum ficará com uma ideia correcta da *real* importância da obra de Silva Dias na renovação da História Cultural Portuguesa da época Moderna? Mas há mais: atente-se na notícia do *Público* da passada 6.^a feira, 25.0 jornalista decidiu ouvir 6 historiadores. Ora, para além de Joaquim Romero Magalhães, Fernando Catroga ou José Esteves Pereira, o que têm a ver com o magistério de Silva Dias os três restantes? Manifestamente, o autor da notícia não soube

seguir o sábio conselho de Zurara, de perguntar a "certas e sabidas pessoas".

Por tudo isto, na morte de José Sebastião da Silva Dias eu vejo ainda reforçada a minha posição de fundo de considerar os historiadores, no Portugal dos nossos dias, como "esses desconhecidos". Afinal, a questão que aqui me propus abordar. Avance-mos, portanto.

1. Há cerca de 2 anos e meio, dois Colegas meus, Augusto Santos Silva e Vítor Oliveira Jorge, organizaram no Porto uma mesa-redonda sobre uma questão sempre discutida (e discutível), e que não terá ficado propriamente 'encerrada' com tal realização: "Existe uma Cultura Portuguesa?" (2). Num elenco de 18 participantes (e excluindo aqui os 2 coordenadores), estavam 2 historiadores (Diogo Ramada Curto e eu próprio) e um sociólogo com formação inicial em *História* (João Arriscado Nunes). Não é muito, mas atendendo ao lugar que normalmente nos é dado em realizações desta natureza, até nem é mau.

Naturalmente que nenhum dos participantes (historiador ou não) se interrogou sobre se existirá uma "Historiografia Portuguesa". Talvez fosse um pouco 'demais', embora eu creia que só por manifesta carência imaginativa uma tal interrogação não tenha ainda ocorrido aos sectores mais 'fundamentalistas' da nossa Historiografia. As intervenções na referida mesa-redonda aí estão à disposição dos interessados, e por elas qualquer leitor poderá aperceber-se de que não foram as questões levantadas por historiadores as suscitadoras de mais longos debates: quando Diogo Ramada Curto, por exemplo, aborda a questão (e retomando Adolfo Coelho) da "genealogia" da "produção de conhecimentos

(2) Cf. a publicação que transcreve a gravação *audio* das sessões: *Existe uma Cultura Portuguesa? Mesa-redonda*, coord. Augusto Santos Silva e Vítor Oliveira Jorge, Porto, Afrontamento, 1993.

sobre a realidade portuguesa", e aponta os "mitos fundadores" na historiografia das disciplinas científicas (3); ou quando eu próprio questiono a real constituição da "micro-população" dos historiadores em comunidade científica, susceptível de como tal ser identificada por terceiros (4). Escassa ressonância tiveram na sala estas linhas de preocupações.

Tomemos agora as *Actas* de um outro colóquio realizado em 1992: "Comunidade científica e poder", organizado pela Federação Portuguesa das Associações e Sociedades Científicas (5). Num elenco de 25 participantes, a ausência dos historiadores é aqui completa. E não surpreenderá assim que na 1.ª parte do volume ("Comunidade Científica como grupo social") a perspectiva histórica esteja praticamente ausente, apenas com o 25 de Abril a funcionar como vago *terminus a quo* de algumas análises.

Por tudo isto, eu acho que as interrogações que coloquei no colóquio português de -92 (e que pontualmente retomei em textos ulteriores (6)) mantêm toda a pertinência: afinal, que *identidade* a dos historiadores, que *diferença* em relação aos outros criadores no âmbito das Ciências Humanas, que *diferença* em relação aos colegas de profissão (universitária) mas não de ofício (historiográfico), mormente no âmbito das Faculdades de Letras? Que possibilidades reais de identificação dos historiadores como "micro-população" por parte do público (supostamente mais alargado) hoje leitor da produção historiográfica?

Tomemos alguns dados de facto. É sabido que nas sociedades contemporâneas a plena constituição científica e metódica da nossa disciplina conduziu a uma didacticização da mesma, a diversos

(3) Cf. *Op. cit.*, pp. 23-4.

(4) Cf. *Op. cit.*, pp. 95-6.

(5) Cf. *Comunidade Científica e Poder*, ed. Maria Eduarda Gonçalves, Lisboa, Edições 70, 1993.

(6) Mormente em *Introdução à História (Programa, conteúdos, métodos, bibliografia)*, relatório para provas de agregação/Fac. Letras, policop., Porto, 1993, *maxime* pp. 19-25.

níveis, incluindo o universitário, transformando a prazo o criador historiográfico num simultâneo transmissor de estados de conhecimentos por cujo atingir ele próprio é, em alguma medida, responsável. Não lhes darei também qualquer novidade se lhes salientar os atrasos que tal processo sofreu entre nós. Salvo os limitados antecedentes oitocentistas do Curso Superior de Letras e da Faculdade de Teologia desta Universidade, o Ensino Superior da *História* inicia-se entre nós em 1911, com as reformas de António José de Almeida e a criação das Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa; no entanto, e como é sabido, em termos de licenciatura estaremos 'geminados' com outras disciplinas durante quase 50 anos: a *Geografia* até 1926; e a *Filosofia* até 1957 (7). Tudo isto, aliado aos condicionalismos de vária ordem que pesaram sobre a nossa Historiografia nas décadas centrais do presente século, permite compreender que nos alvares da década de 70 não só a produção historiográfica anual fosse irrisória, como o número de criadores fosse francamente baixo. Tomemos como indicador o número de doutorados em *História* em todas as Universidades

(7) Sobre as orgânicas curriculares das Faculdades de Letras, e o lugar da *História* nas mesmas, cf. fundamentalmente A. H. de Oliveira Marques, "Notícia Histórica da Faculdade de Letras de Lisboa", in *Ensaio de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas, 1988, pp. 123-98. E ainda: José M. Amado Mendes, "A História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: investigação e ensino (1911-1926)", in *Universidade(s): História, Memória, Perspectiva. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, I, Coimbra, 1991, pp. 477-98; João Paulo Avelãs Nunes, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974). Ascensão e queda de um paradigma historiográfico*, dissert. de mestrado/Fac. Letras, policop., Coimbra, 1993; Id., "Historiografia e poder(es): a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre 1911 e 1974", *Vértice*, U sér., 62 (Set.-Out. 1994), pp. 57-71; Armando Luís de Carvalho Homem, "A História que nos fez a História que se faz: da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto", *Revista de História* do Centro de História da Universidade do Porto, XI (1991), pp. 227-40; Id., "A Idade Média nas Universidades Portuguesas (1911-1987). Legislação, ensino, investigação", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*, II sér., X (1993), pp. 351-61. (Também em *Anais da Universidade Autónoma de Lisboa/Série História*, I [1994], pp. 331-8).

portuguesas que ministravam a licenciatura à data do 25 de Abril: apenas 14 (um dos quais falecido ao longo desse período), acrescidos de 7 jubilados e de 3 assistentes a aguardar provas de doutoramento (cf. Fig. 1).

Cerca de 20 anos decorridos, a população de doutores em *História* praticamente decuplicou: não possuo números exactos, mas creio poder calcular o montante actual de doutorados em *História* nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Porto, Nova de Lisboa, Minho, Évora, Açores, Autónoma de Lisboa, Portucalense e Católica/pólo de Viseu como localizando-se entre os 120 e os 130. Além disto, o surgimento nos anos 80 do grau de Mestre em *História* fez chegar bom número de investigadores mais jovens (docentes universitários ou não) à própria edição comercial. E, até mais fundamentalmente, a multiplicação dos contextos institucionais em que se "faz História" e, pelo ensino, se transmite. Para além, portanto, dos tradicionais Departamentos de *História* das Faculdades de Letras (ou da Faculdade congénere da Universidade Nova de Lisboa), os Departamentos de algumas outras Universidades Novas onde a *História* se associa à *Sociologia* ou ao Ensino do *Português* (Minho, Évora, Açores), bem como a existência de disciplinas (eventualmente de cátedras) de *História* em Faculdades, Institutos ou Departamentos de *Economia*, *Sociologia*, *Antropologia*, *Psicologia* e *Ciências da Educação*, *Geografia* e, eventualmente, *Ciência Política*; sem esquecer a tradicional *História do Direito*. E sem esquecer também o que eu chamarei de 'periferias' não profissionalizadas (ou incompletamente profissionalizadas) da nossa Historiografia: Academias, sociedades de eruditos, heraldistas ou genealogistas, associações de estudiosos locais, etc. (E deixo aqui de lado o Ensino superior privado, cuja voz científica é, para já, limitada).

Pergunto: do exterior, esta "micro-população" de profissionais da *História* é identificada como uma unidade coerente? Por outras palavras: fará sentido, no Portugal dos nossos dias, e para quem não

COIMBRA	LISBOA	PORTO	LOURENÇO MARQUES
M. Gonçalves Cerejeira (1); Damião Peres (1); Mário Brandão (1); M. Lopes de Almeida (1), Torquato S. Soares (1)	Mário de Albuquerque (1); ----- Virgínia Rau (4); Fernando de Almeida (2); J. Borges de Macedo; J. Veríssimo Serrão; E. Borges Nunes, José Mattoso	António Cruz; J. A. Ferreira de Almeida; L. de Oliveira Ramos	H. Baquero Moreno (6); ----- F. de Sales Loureiro (3)
Salvador D. Arnaut, Avelino J. da Costa; José S. da Silva Dias (2); António de Oliveira; L. Ferrand de Almeida			
Jorge de Alarcão (3); Manuel A. Rodrigues (3)			

O Jubilado

- (3) Pertencente ao grupo de Filosofia
- (3) Aguardando provas de doutoramento
- (4) Morreu em Novembro de 1973
- (3) Jubilou em Dezembro de 1973
- (4) Doutorou-se em Janeiro de 1974.

Fig. 1 - Doutores em Historia nas Universidades Portuguesas no ano lectivo de 1973/74

é historiador, falar justamente de "os historiadores"? E, em caso de resposta afirmativa, quem se inclui e quem se exclui ? Questões sobre as quais eu gostaria de dialogar convosco dentro de instantes.

2. Mas prosseguindo, com uma segunda ordem de interrogações: será que nós próprios, profissionais da *História*, nos assumimos na nossa identidade? A quem consideramos *o mesmo*? Os outros historiadores, independentemente do local e do tipo de enquadramento em que laborem? Ou os Colegas de Escola, historiadores ou não? Mas... será mesmo que a maioria dos historiadores portugueses sente este tipo de problemas ? Não haverá uma fatia significativa da comunidade historiográfica padecendo de um certo tipo de individualismo (estrutural? conjuntural?) que a toma mais propensa a contactos além-fronteiras do que com os seus congéneres nacionais? Creio que esta situação é iniludível, e que a própria instituição universitária não raro a propicia (se é que a não encoraja); e não é, sequer, situação específica das nossas áreas: um biólogo como Alexandre Quintanilha ou um especialista em *Inteligência Artificial* como Luís Moniz Pereira faziam-se eco de preocupações idênticas na mesa-redonda portuense de 1992 ⁽⁸⁾. Não será, portanto, o isolamento em termos nacionais uma situação que afecta parte substancial da comunidade historiográfica? Mais: não será tal isolamento ainda agravado pela prática quase de 'seita' de alguns, que encaram de modo 'absolutizante' as vogas historiográficas, como *aquilo que é preciso agora fazer*, em detrimento de tudo o mais, considerado ultrapassado ?... Ou, como nas palavras de Luís Reis Torgal, aqueles que, "por ignorância", vêem "na novidade científica não um motivo para reflectir mas uma moda a seguir fielmente" ⁽⁹⁾? Terá sido o caso, há uns 12-15 anos, do

⁽⁸⁾ Cf. *Existe uma Cultura Portuguesa?*, cit., pp. 70 e 68, respectivamente.

⁽⁹⁾ Cf. recensão crítica a António Manuel Hespanha, *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal - Séc. XVII*, reed. em epílogo à ed. impressa, Coimbra, Almedina, 1994, pp. 637-9, *maxime* 639.

será hoje o caso de algumas ligações à *Antropologia*, da micro-história, dos "case studies", da neo-narratividade... A questão não é portanto de agora, nem será idiossincrasicamente nossa.

3. Ora, se nos desconhecemos a nós próprios, teremos em rigor legitimidade para esperar que, do exterior, nos conheçam (e reconheçam)? Simplesmente, qual será esse exterior que é suposto dever conhecer-nos ? Creio que estarão fora de causa inquiridos a uma população indiscriminada quanto ao conhecimento (ou não) dos historiadores. Haverá, uma vez mais, que perguntar às "certas e sabidas pessoas". Que serão, neste caso, os que, por afazeres de ofício, algo tenham a ver com a transmissão e recepção de estados de conhecimento que se desejaria actualizados; ou seja, o Corpo Docente de *História* do Ensino Secundário e os estudantes da disciplina nos anos terminais do mesmo Ensino.

Indagações desta natureza já não são novidade. Há anos, um grupo de profissionalizandos desta Faculdade, de que fazia parte o Dr. João Paulo Avelãs Nunes, realizou um inquérito deste tipo no âmbito do Seminário que frequentavam ⁽¹⁰⁾. Os resultados a que essa equipa chegou poderão ser objecto de diálogo dentro de instantes.

Pela minha parte, no âmbito da docência de *Introdução à História* (quer na minha Faculdade, quer na Universidade Autónoma de Lisboa), venho inquirindo, desde 1989, os recém-chegados ao 1.º ano da licenciatura, pedindo-lhes nomeadamente a indicação de 6 historiadores portugueses *vivos* (não é esta a única questão do inquérito, mas é a que de momento nos interessa). Os resultados obtidos no Porto entre 1989 e -92 (abrangendo uma população escolar de 97 indivíduos) já os divulguei em trabalho objecto de circulação relativamente restrita (um relatório para provas de

⁽¹⁰⁾ Cf. António Rafael Amaro *et al.*, "Ensino da História: que conhecimento e que memória (s)?", *Revista de História das Ideias*, 11 (1989), pp. 641-80.

agregação (“)) e a eles volto hoje, na vossa presença (cf. ANEXOS).

Direi desde já que a questão de indicar um determinado montante de historiadores portugueses *vivos* é de longe a maior dificuldade apresentada para os respondentes. Como pode ver-se, o número de respostas em branco é elevado, particularmente no ano lectivo de -90/91. Por outro lado, quem se cita (cf. ANEXOS)? No quem são e no quem não são, estes nomes suscitam-me uma multiplicidade de comentários.

Antes de mais, tais nomes revelam o peso da mediatização (televisiva, jornalística, derivada da autoria de obras de divulgação, etc.). A mediatização pode revelar-se 'perversa' - veja-se o 1.º lugar de José Hermano Saraiva; ou, pelo contrário, conjugar-se com uma obra de ponta da Historiografia actual - acontece com o 2.º lugar de José Mattoso. Os nomes citados denotam, por outro lado, o peso dos manuais, obras de síntese ou visões de conjunto que os autores em causa hajam produzido: daí as presenças de Oliveira Marques, Vitorino Magalhães Godinho, Joel Serrão, Joaquim Veríssimo Serrão, Luís de Albuquerque (vivo à data) e do próprio José Mattoso. Para além disto, estão aqui presentes determinadas gerações. Tendo, de facto, em conta a distribuição etária dos autores com mais de uma referência, o que se verificou fundamentalmente uma grande concentração das referências em historiadores com idades compreendidas nas casas dos 50, 60 e 70 anos (63% das referências), e uma escassa menção das gerações mais jovens (13%); isto apesar de muitos autores actualmente na casa dos 40 terem entretanto chegado à edição comercial. Repare-se, por outro lado, na escassez das presenças femininas (apenas Miriam Halpern e Maria de Jesus Sanches), sem embargo de (e sem que eu disponha de dados quantitativos) inegavelmente ter havido um nítido aumento do número de historiadoras, em ambientes tradicionalmente muito masculinos (para não dizer *misóginos*).

(^o) Cf. A.L. de Carvalho Homem, *Introdução à História*, cit., pp. 19-25 e 51-4.

Atente-se, por outro lado, no volume das respostas que qualifiquei de 'exóticas', representando 11 % das respostas concretas (mas tendo subido a 29% em -91-92). Conforme já salientei, as respostas 'exóticas' são de 5 tipos:

- Um primeiro consiste na menção, como historiadores vivos, de autores há muito desaparecidos do nosso convívio. No conjunto dos autores com mais de urna referencia, os mortos representam 20%.

- Um segundo consiste na troca ou ininteligibilidade de nomes. Assim, o apelido Saraiva suscita inúmeras confusões; e registem-se as singularíssimas referências a "Joel Veríssimo Serrão" e a "Cristina Rau".

- Uma terceira modalidade consiste em 'errar o alvo', isto é, indicar como historiadores criadores de outras áreas: acontece com Natália Correia (viva à data), Daniel Serrão (professor da Faculdade de Medicina do Porto, objecto de presumível confusão fónica com Joel Serrão) e João-David Pinto Correia.

- Teremos em 4.º lugar o que eu chamarei de 'excessos de boa vontade' na qualificação de determinados nomes como "historiadores"; é o caso das referências a José Hermano Saraiva, Franco Nogueira (também vivo à data), Clara Junqueiro ou alguns autores de manuais do Ensino Secundário.

- Finalmente, teremos a ingenuidade de se indicarem nas respostas os professores que se está em vias de conhecer nas primeiras semanas lectivas. Os nomes podem então vir precedidos de "dr.", "prof." ou "prof, dr."; e por outro lado estas respostas são 'pluralistas': tanto se citam Mestres no topo da carreira como jovens assistentes no início dela.

Para além dos nomes citados, haverá que, "en passant", voltar aos silêncios: em termos etários ou em termos de sexo feminino. E note-se também que a Escola de Coimbra não aparece particularmente 'bem tratada' nessas respostas: apenas Jorge de Alarcão e, entre os nomes com apenas uma referência, José M. Amado Mendes.

Inquéritos mais recentes não destoam significativamente. Porquê um tal panorama?

Estes resultados são obtidos junto de estudantes recém-saídos do Ensino Secundário. Mas será que se fizéssemos inquérito semelhante junto de docentes do mesmo grau de Ensino (mormente se licenciados há mais de 10 anos) obteríamos resultados sensivelmente diferentes?

Repare-se que os inquiridos mostraram maior facilidade em indicar historiadores de outros países vivendo e trabalhando no século XX (cf. ANEXOS). Não será que, no fundo, se está a ensinar *pouca* História de Portugal? Não estarão estes resultados a dar razão à chamada de atenção de Maria Helena Coelho na *I Jornada sobre o Ensino Universitário da História*, em Janeiro último, para o facto de a construção europeia parecer estar a processar-se com subjugação das identidades nacionais, subalternizando por conseguinte, o ensino da História dos diferentes países ⁽¹²⁾?

Se se ensina efectivamente pouca História nacional no Secundário, não originará isso uma insuficiente actualização de temáticas e problemáticas nos programas, com naturais reflexos na bibliografia utilizada (ou não)? Sem esquecer que a grande maioria das Escolas Secundárias não terá propriamente bibliotecas de grande apetrechamento, e que o orçamento individual dos professores de *História* não é elástico...

4. Vamos para uma última ordem de reflexões. Creio bem que

⁽²⁾ Cf. notícia do *Público*, 27 de Janeiro de 1994, p. 24.

ser historiador neste fim de século é bem um *acto de resistencia*. Porquê? Assentemos os pés no nosso País. Em 20 anos teremos decuplicado, como vimos. Porquê ? Não vou obviamente cair nem no sectarismo nem na ingenuidade de fazer da mudança de Regime o *deus ex machina* explicativo. Vejamos. Os anos 60 e 70 foram tempo de "explosão escolar", como é sabido. Quem tenha ensinado numa Faculdade de Letras ao longo da década de 70 recorda por certo as largas centenas de estudantes que ingressaram no 1.º ano das nossas licenciaturas em -75 e -76. E mesmo os primeiros montantes do *numerus clausus*, surgido em -77, eram bem superiores àquilo que hoje temos. Assim sendo, a população docente também cresceu de forma acentuada. Ora os anos de 1977-80 (o tempo dos primeiros Governos Constitucionais) conheceram um esforço reformador intenso em matéria de Ensino Superior. E talvez vá sendo tempo de apreciar serenamente a obra da equipa do ministro Mário Sottomayor Cardia, tão 'maltratado' na altura (e por vezes agora). Lembremos:

- O decreto-lei sobre a gestão das Faculdades, de Outubro de-76. Com adaptações derivadas da *Lei da Autonomia Universitária*, ainda é nos seus contributos que assenta a orgânica institucional das nossas Escolas.
- As reformas curriculares que culminaram no Decreto 53/78 (que eu considero o nosso melhor currículo de sempre; e não estou sozinho ...) e na ulterior criação das variantes em *História da Arte* e em *Arqueologia*. Estas reformas foram preparadas por uma Comissão Inter-Universitária, que integrou uma plêiade de nomes sonantes da nossa Historiografia: Vitorino Magalhães Godinho, A. H. de Oliveira Marques, José-Augusto França, José Sebastião da Silva Dias, Luís de Matos, Luís de Albuquerque e José António Ferreira de Almeida.

- O apoio à investigação e à publicação, que passou pela criação do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC, resultante da bipartição do antigo Instituto de Alta Cultura), pela revitalização dos Centros existentes e pela criação de novos, ao mesmo tempo que se criavam novas publicações periódicas (e foi o caso, em Coimbra, da *Revista de Historia das Ideias*) e coleções de monografias, onde muitos de nós tivemos oportunidade de publicar as nossas teses.
- O Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), promulgado já em Novembro de -79, durante o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo. Apesar de algumas disposições finais e transitórias que em parte o desvirtuaram, este diploma era novidade de monta, consagrando nomeadamente a possibilidade de dispensa total de serviço docente por 3 anos aos assistentes doutorandos. Bem entendido que o ECDU não nos beneficiou só a nós. E será até caso para perguntar se todos o terão sabido aproveitar convenientemente... Mas o facto é que, sem ele, a tal decuplicação do número de doutores não é facilmente compreensível.
- A diversificação do regime das provas complementares de doutoramento, com a queda em desuso dos velhos (e temíveis) interrogatórios sobre temas sorteados, e a própria possibilidade de dispensa da prova complementar para os Mestres aprovados com a classificação máxima, ou para os detentores de currículo científico e académico julgado significativo.

Ora o facto é que já lá vai cerca de década e meia, e os pressupostos da maior parte das reformas têm vindo a ser postos em causa:

- O destino do INIC é conhecido, bem como as dificuldades que hoje sentem os investigadores em *Ciências Humanas*.
- Os currículos que vinham dos anos 70 foram *estragados* (é o

termo) pelas reformulações dos meados da década seguinte. Ainda há pouco José Mattoso abordava causticamente este problema ⁽¹³⁾.

- No ECDU ainda se não mexeu, mas continuamente se tem falado de reformas que poderão eliminar muitas das garantias nele consagradas.
- Finalmente, já não estamos em tempo de "explosão escolar", bem pelo contrário. A baixa acentuada do *numerus clausus* e as restrições orçamentais têm feito não só com que seja na prática impossível contratar novos docentes (e assim vamos alegremente envelhecendo, sempre os mesmos...), como o agitar do 'espantinho' da *ratio* não raro nos ameaça com despedimentos, rescisões ou não renovações de contratos, etc.

Face a tudo isto, que poderemos fazer? Talvez não possamos fazer muito ⁽¹⁴⁾. Mas o pouco sempre é melhor do que o nada...

5. Assim, eu creio que os profissionais universitários da devem fazer o que lhes for possível para transpor os (tradicionais) 'muros' da sua Escola. Se, por hipótese, uma Câmara Municipal ou uma sociedade de cultura e recreio solicitarem a nossa presença na comemoração de uma qualquer efeméride, saibamos corresponder, por muito que isso possa contrariar alguma inércia dos nossos hábitos. Se uma Escola Secundária nos solicitar igualmente para qualquer acção de formação, palestra ou o que quer que seja, procuremos de facto anuir; será inclusivamente uma forma de atenuar barreiras entre diferentes graus de Ensino. Se a Comunicação

⁽¹³⁾ "A História que se ensina aos futuros professores de História", *O Estudo da História. Boletim* da Associação de Professores de História, II sér., n.ºs 12-13-14-15 (1990-93), pp. 303-09; em anexo, pp. 311 ss., os actuais currículos de *História* de todas as Universidades portuguesas, estatais e privadas.

⁽¹⁴⁾ Cf. as perspectivas de Guy Thuillier e Jean Tulard, *Le métier d'historien*, Paris, PUF, 1991, pp. 75 ss.; e Id., *Le marché de l'histoire*, Paris, PUF, 1994, pp. 98 ss.

Social escrita nos solicitar qualquer depoimento ou qualquer pequeno texto, procuremos não dizer que não. Isto já sem falar nos grandes meios de Comunicação. Se a própria Rádio nos contactar (e não é coisa inédita), tentemos comparecer. Nos anos 40 e 50, autores como Damião Peres, Artur Magalhães Basto e José António Ferreira de Almeida chegaram a ter programas radiofónicos, criando um público muito fiel. Nos últimos anos, creio que as rádios da Região Centro têm, por exemplo, procurado ouvir os responsáveis científicos pelas *Feiras Medievais* que têm decorrido na Sé Velha no mês de Junho. E lembre-se também o excelente programa *Lugar à História*, que Eugénio Alves (ele próprio diplomado em História) conduziu durante algum tempo na RDP/2; muitos historiadores aí puderam comparecer, para falar de qualquer livro recente, de qualquer reunião científica, etc.

Não creio, em contrapartida, que 'corramos o risco' de ser solicitados pelas cadeias televisivas. Aí, e nomeadamente na RTP/1, tem havido, a bem dizer, 'cátedras certas'. Mas, se por acaso acontecer, porque não? (Isto apesar do 'nervoso miudinho' que presumivelmente tenderá a afectar muitos de nós face às câmaras). Será a maneira de evitar que, com poucos meses de intervalo, vejamos no pequeno *écran* a mesma individualidade a comentar sucessivamente o 5 de Outubro, o 1.º de Dezembro, o 31 de Janeiro, o 25 de Abril ou o 10 de Junho, e isto para já não falar em qualquer hipotético golpe nalguma república da ex-União Soviética...

Em suma: Procuremos, nós, profissionais universitários da História, estar disponíveis face ao exterior. Não é que 'lucremos' propriamente muito com essa postura de disponibilidade. Poderemos, talvez, travar alguns atentados ao nosso Património Cultural e Natural. E uma coisa, sobretudo, poderá ocorrer: que um número crescente de concidadãos nossos compreenda finalmente que ser historiador é uma profissão maravilhosa, e não de todo inútil.

ANEXOS

Respostas ao inquérito efectuado aos alunos de *Introdução à História* na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (de 1989/90 a 1991/92):

1. (...)
2. Indique 6 (seis) historiadores portugueses vivos.
3. Indique 4 (quatro) historiadores de outros países, vivendo (ou tendo vivido) e trabalhando (ou tendo trabalhado) no século XX.

	PORTUGUESES (x 6)				ESTRANGEIROS (x 6)			
	RESPOSTAS CONCRETAS	BRANCOS	EXÓTICOS	CONCRETAS	BRANCOS	EXÓTICOS	CONCRETAS	EXÓTICOS
1980-90-28	184 (80,70%)	228 44 (19,29%)	5 (2,13%)	144 (94,73%)	152 8 (5,26%)	1 (0,65%)		
1990-91-24	93 (64,58%)	144 51 (35,41%)	12 (12,3%)	67 (69,79%)	96 29 (30,20%)	6 (8,95%)		
1991-92-35	157 (74,76%)	210 53 (25,23%)	46 (29,29%)	112 (80%)	140 28 (20%)	4 (3,57%)		
TOTAL-97	434 (74,57%)	522 148 (24,42%)	323 (10,82%)	323 (83,24%)	388 65 (16,75%)	11 (2,83%)		

HISTORIADORES PORTUGUESES VIVOS
(434 referencias concretas, 74,57% do total)

NOMES	N.º de referências
1. ° José Hermano Saraiva	52
2. ° José Mattoso	50
3. ° A.H. de Oliveira Marques	43
4. ° Vitorino Magalhães Godinho	39
5. ° Joël Serrão	30
6. ° Joaquim Veríssimo Serrão	28
7. ° Luís de Albuquerque	19
8. ° Oliveira Martins	14
9 ⁰⁵ António José Saraiva	9
Jaime Cortesão	9
11. ° Vítor Oliveira J orge	8
12. ° Humberto Baquero Moreno	7
13. ° Jorge Alarcão	6
14. ⁰⁵ Armando Luís de Carvalho Homem	5
Pedro Almiro Neves	5
16.** António A. Mendes Correia	4
Luís A. de Oliveira Ramos	4
M. de Jesus Sanches	4
Natália Correia	4
20. ⁰⁸ Álvaro Cunhal	3
António Carmo Reis	3
António Sérgio	3
Damião Peres	3
Jorge Borges de Macedo	3
Óscar Lopes	3
26. ⁰⁵ António Albuquerque (<i>sic</i>)	2
António Borges Coelho	2
António Mattoso	2

Armando Castro	2
Corte-Real (<i>sic</i>)	2
Fernando Piteira Santos	2
Francisco Ribeiro da Silva	2
Joel Veríssimo Serrão (<i>sic</i>)	2
José António Saraiva	2
José Manuel Saraiva	2
José Manuel Tengarrinha	2
Luís Adão da Fonseca	2
Miriam Halpem	2
Torquato de Sousa Soares	2
40. ⁰⁸ Nomes com 1 referência cada	48
TOTAL	434

HISTORIADORES DE OUTROS PAÍSES
(323 referências concretas, 83,24% do total)

NOMES	N.º de referências
1. ° Fernand Braudel	65
2. ° Marc Bloch	47
3. ° Lucien Febvre	39
4. ° Jacques Le Goff	36
5. ° Georges Duby	31
6. ° Philippe Ariès	9
7. ° Emmanuel le Roy Ladurie	6
8 ⁰⁵ A. Leroy-Gourhan	5
H. Pirenne	5
J. Huizinga	5
V. Vasquez de Prada	5
12/* F. Simiand	3
G. Fourquin	3
P. Nora	3
U. Eco	3
16/* Cl. Lévy-Strauss	2
Cl. Mossé	2
P. Levêque	2
P. Vilar	2
20.** Nomes com 1 referência cada	50
TOTAL	323